



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

31/10/2014 ATÉ 31/10/2014



INDÍCE

1	BLOG ALDIR DANTAS	
	1.1 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	1
2	BLOG LUÍS CARDOSO	
	2.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	2
3	BLOG LUÍS PABLO	
	3.1 SINDJUS.....	3
4	IMIRANTE.COM	
	4.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	4
	4.2 PROCESSO SELETIVO.....	5
5	O IMPARCIAL ONLINE	
	5.1 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	6
	5.2 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	7
	5.3 ORÇAMENTO.....	8
6	SITE 180 GRAUS	
	6.1 POSSE.....	9
	6.2 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	10
	6.3 PROJETO JUSTIÇA NOS BAIROS.....	11
	6.4 PROJETO RECONHECER É AMAR.....	12
	6.5 VARA CÍVEL.....	13
	6.6 VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	14
7	SITE ADVOGADO NEWS	
	7.1 AÇÕES TJMA.....	15
	7.2 COMARCAS.....	16
	7.3 EXECUÇÕES PENAIS.....	17
	7.4 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	18
	7.5 JUÍZES.....	19
	7.6 ORÇAMENTO.....	20
	7.7 PLANTÃO NO TJMA.....	21
	7.8 PROCESSO SELETIVO.....	22
8	SITE CNJ	
	8.1 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	23
	8.2 SEGURANÇA.....	24
9	SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)	
	9.1 DECISÕES.....	25
10	SITE G1	
	10.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	26
11	SITE IDIFUSORA	
	11.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	27
	11.2 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	28
12	SITE JORNAL PEQUENO	
	12.1 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	29
	12.2 EXECUÇÕES PENAIS.....	30
13	SITE SUA CIDADE	
	13.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	31
14	SITE TV GUARÁ.COM	
	14.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	32

Audiência pública sobre a emissão de esgotos em rios da capital

Canais de esgoto a céu aberto servem para manter o capim verdejante e a água para ambos fazerem parte da alimentação de cabeças de gado.

Audiência pública convocada pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís reunirá representantes de diversos órgãos públicos e da sociedade civil da capital para discutir a emissão de esgotos nos rios Anil, Bacanga e Bicas. O evento será realizado no dia 11 de novembro, a partir das 09h, no auditório Central da Universidade Federal do Maranhão, localizada na Avenida dos Portugueses, nº 1996, Bacanga.

Será presidida pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da unidade judicial. Ele explicou que a audiência visa a atender uma decisão de 2006, oportunidade em que outro juiz titular da vara condenou a Caema e o Estado a adotarem medidas para acabar com o lançamento de esgoto em rios da capital, bem como proceder com a instalação de estações de tratamento.

O juiz também esclarece que a audiência será uma boa oportunidade para ouvir partes interessadas no tema. Estão sendo convidadas para o evento autoridades, representantes de órgãos ambientais, pesquisadores, estudantes e lideranças comunitárias. “Com base nas manifestações esperamos estabelecer com a Caema e o Governo do Estado um cronograma de implantação das estações de tratamento”, disse o juiz.

Representantes do Governo e da Caema poderão se manifestar durante o encontro e esclarecer as medidas que vêm sendo tomadas em relação ao tratamento de esgotos na Ilha de São Luís. Interessados em participar poderão fazer suas exposições verbais por cinco minutos ou mediante manifestação escrita. Em todo caso a solicitação deve ser encaminhada para o e-mail secdifcol_slz@tjma.jus.br até o dia 1º de novembro.

Sentença - A decisão, proferida ainda em 2006, foi resultado de uma Ação Civil Pública do Ministério Público estadual e, de acordo com o juiz Douglas Martins, apesar do prazo para cumprimento ter sido de três anos, até o momento não foi obedecida. No documento de convocação o magistrado afirma que em 2012 a Promotoria do Meio Ambiente novamente pediu providências, sob a alegação de que a decisão não havia sido cumprida.

Na decisão o Estado e a Caema foram condenados a proceder com a construção de estações de tratamento de esgotos sanitários ao longo dos rios Anil, Bacanga e Bicas, realizar a limpeza dos ambientes degradados e eliminar o lançamento de esgotos sem tratamento em qualquer lugar da Ilha de São Luís.

Prejuízos - Para o juiz Douglas Martins, há um enorme prejuízo para toda sociedade, pois o lançamento de esgotos sem tratamento na bacia hidrográfica local impacta negativamente na qualidade de vida das pessoas que habitam a grande ilha. Outro fator preocupante é que parte do destino desse esgoto é o mar, podendo acarretar em diversas doenças aos banhistas como conjuntivites, micoses e outros tipos de infecções. A falta de tratamento adequado de esgotos também pode afetar a os lençóis freáticos, prejudicando o abastecimento de água nos quatro municípios da ilha.

A contaminação dos rios e do mar é um problema antigo em São Luís, mas que vem se agravando e ganhando notoriedade desde 2012, com as constantes interdições para banho das praias da ilha. Nos últimos dois anos, a

Secretaria de Meio Ambiente tem realizado estudos e emitido Laudos de qualidade da água e os locais próprios e impróprios para banho nas praias da ilha.

Presos provisórios começam a usar tornozeleiras eletrônicas

Colocação de tornozeleira em preso provisório|

O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca da Ilha de São Luís passou a ser uma realidade nesta quinta-feira (30). Durante audiência realizada na Central de Inquéritos de do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto. A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências na Central de Inquéritos nesta quinta-feira, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão. A iniciativa também faz parte de um pacto de implementação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; Governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

Para a corregedora Nelma Sarney, o apoio do Comitê foi importante para esse passo, já que o monitoramento eletrônico foi uma proposta que surgiu nas discussões do grupo. A desembargadora reafirmou que essa é uma importante medida para diminuir a população carcerária. Ela adiantou que até o final do mês de novembro será editada uma resolução conjunta dos órgãos envolvidos regulamentando a matéria.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquéritos de São Luís foi a primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher, todas de São Luís.

Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que por sua vez expede uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numege) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Também participaram das audiências, os juízes corregedores Oriana Gomes, José Américo breu Costa, Francisca Galiza e Tyrone José Silva; o promotor de Justiça Cláudio Cabral; o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos; os juízes da Central de Inquéritos, Antônio Luiz Silva, que presidiu as audiências, e Fernando Mendonça de Sousa.

Economia - Para o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, além da diminuição da população carcerária a tecnologia possibilita diminuir os gastos com o sistema prisional. Ele explicou que cada réu monitorado tem um custo mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), enquanto na unidade prisional esse custo sobe para cerca de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por preso.

Pacto - A medida implantada nesta quinta-feira vem complementar os procedimentos referentes à audiência de custódia, estabelecida no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. Pelo pacto, o preso em flagrante deve ser levado à presença de um juiz para avaliar a situação e decidir sobre a manutenção da prisão e as condições em que ela se ocorrerá, se privativa ou não de liberdade. Para cumprimento da iniciativa, a central recebeu neste mês de outubro mais duas salas de audiências.

No caso da Central de Inquéritos, durante as audiências com esses presos o juiz já poderá decidir, durante a análise da situação do preso em flagrante, se ele seguirá ou não para uma unidade prisional. No caso de aplicação de uma medida alternativa, ele poderá aplicar a liberdade vigiada, por meio do uso da tornozeleira.

A adoção do pacto é resultado de um esforço conjunto entre a Corregedoria da Justiça, a Unidade de Monitoramento Carcerário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. O procedimento é uma prática defendida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por organismos nacionais e internacionais. Para o juiz Fernando Mendonça a apresentação do preso é fundamental para a constatação, juntamente com outros elementos, da legalidade da prisão, bem como para a aplicação de medidas alternativas à restrição de liberdade.

Anildes Cruz toma atitude de presidente do TJMA e chama sindicato para dialogar

Parece que as coisas não vão nada bem lá pelas bandas da Praça Pedro II, no Centro de São Luís. O Judiciário Estadual está a ponto de entrar em colapso, conforme apurou este Blog. A criação de cargos comissionados, em excesso, e a falta de uma gestão eficaz resultou no gargalo do endividamento que o judiciário maranhense está vivendo.

O Sindicato dos Servidores do Judiciário (SINDJUS-MA) está a todo custo tentando conversar com a presidente do TJ/MA, Cleonice Silva Freire.

De acordo com informações repassadas ao Blog do Luis Pablo, a desembargadora se recusa a dialogar e quem tomou as rédeas da discussão foi a vice-presidente, Anildes Chaves Cruz.

Os servidores reivindicam o pagamento dos retroativos dos 21,7% concedidos pelo STF, reposição das perdas salariais de 2014, pela rejeição da PEC 63/2013 e por condições efetivas de trabalho para os servidores em todas as comarcas.

Fala-se em colapso orçamentário no Tribunal de Justiça e fontes ligadas ao setor de finanças afirmam que o órgão terá dificuldades até em pagar o auxílio-alimentação dos trabalhadores.

Presos provisórios começam a usar tornozeleiras eletrônicas

Dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho.

SÃO LUÍS - O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca da Ilha de São Luís passou a ser uma realidade nesta quinta-feira (30). Durante audiência realizada na Central de Inquéritos de do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto. A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências na Central de Inquéritos nesta quinta-feira, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão. A iniciativa também faz parte de um pacto de instalação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

Para a corregedora Nelma Sarney, o apoio do Comitê foi importante para esse passo, já que o monitoramento eletrônico foi uma proposta que surgiu nas discussões do grupo. A desembargadora reafirmou que essa é uma importante medida para diminuir a população carcerária. Ela adiantou que até o final do mês de novembro será editada uma resolução conjunta dos órgãos envolvidos regulamentando a matéria.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquéritos de São Luís foi a primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher, todas de São Luís.

Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que por sua vez expedirá uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numege) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Economia

Para o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, além da diminuição da população carcerária a tecnologia possibilita diminuir os gastos com o sistema prisional. Ele explicou que cada réu monitorado tem um custo mensal de R\$ 250, enquanto na unidade prisional esse custo sobe para cerca de R\$ 3 mil por preso.

Pacto

A medida instalada nesta quinta-feira vem complementar os procedimentos referentes à audiência de custódia, estabelecida no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. Pelo pacto, o preso em flagrante deve ser levado à presença de um juiz para avaliar a situação e decidir sobre a manutenção da prisão e as condições em que ela se ocorrerá, se privativa ou não de liberdade. Para cumprimento da iniciativa, a central recebeu neste mês de outubro mais duas salas de audiências.

No caso da Central de Inquéritos, durante as audiências com esses presos o juiz já poderá decidir, durante a análise da situação do preso em flagrante, se ele seguirá ou não para uma unidade prisional. No caso de aplicação de uma medida alternativa, ele poderá aplicar a liberdade vigiada, por meio do uso da tornozeleira.

A adoção do pacto é resultado de um esforço conjunto entre a Corregedoria da Justiça, a Unidade de Monitoramento Carcerário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. O procedimento é uma prática defendida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por organismos nacionais e internacionais. Para o juiz Fernando Mendonça a apresentação do preso é fundamental para a constatação, juntamente com outros elementos, da legalidade da prisão, bem como para a aplicação de medidas alternativas à restrição de liberdade.

Comarca divulga aprovados em seleção para assessor de juiz

Selecionados serão contatados no período de 3 a 5 de novembro.

MONTES ALTOS - O juiz da Comarca de Montes Altos, Franklin Brandão Júnior, divulgou a relação de candidatos aptos a participar da etapa de entrevistas, do processo seletivo para o cargo de assessor de juiz da unidade.

Segundo o magistrado, os candidatos relacionados serão contatados no período de 03 a 05 de novembro para definição dos critérios relativos à entrevista.

Ainda segundo o magistrado, candidatos que não foram selecionados “poderão ser convocados, posteriormente, caso a vaga não seja preenchida pelos candidatos constantes da lista”.

Veja a relação dos selecionados:

- 1 - Adriana de Souza Clausing;
- 2 - Carlos Roberto Cabral Magalhães;
- 3 - Francisca Caroline Medeiros Bezerra;
- 4 - Gleydson Fernandes Correa;
- 5 - Laila de Souza Lages;
- 6 - Lígia Fernanda Leite da Silva;
- 7 - Marlete Neves da Silva;
- 8 - Odilon Rodrigues da Silva;
- 9 - Susan Ellen da Silva Brito;
- 10- Waldy da Rocha Ferreira Neto.

Casamento reúne 423 casais na Comarca de Imperatriz

A celebração desta quinta-feira fechou os trabalhos do projeto Justiça nos Bairros, da Corregedoria da Justiça, realizado durante os dias 29 e 30 na mesma comunidade. "Agora até o amor vai aumentar ainda mais", disse Francilene Silva, uma das 423 noivas que disseram o sim em mais uma edição do projeto Casamento Comunitário realizado no Bairro Recanto Universitário, região periférica da Cidade de Imperatriz (665km da capital).

O juiz Adolfo Pires da Fonseca, titular da 2ª Vara de Família, coordenou os trabalhos do casamento e destacou a importância do projeto social desenvolvido pela Corregedoria. Ele afirmou que o projeto é emancipatório e permite que o Judiciário vá ao encontro dos cidadãos, buscando alternativas conjuntas para solução dos problemas sociais vividos. O magistrado também destacou a importância da nova fase na vida dos noivos que atenderam ao chamado para a cerimônia de casamento.

A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, lembra que os projetos, tanto o Justiça nos Bairro como o casamento, são reflexos de uma Justiça próxima dos cidadãos, mas que não aconteceria sem o compromisso dos juízes. "Um projeto desta magnitude não pode acontecer sem o comprometimento de magistrados que tem amor ao seu trabalho. Em Imperatriz, encontramos um terreno fértil com uma magistratura extremamente dedicada ao compromisso da promoção e da paz e a justiça social", afirmou.

O marido da Francilene, senhor João Cardoso de Oliveira, disse que a união vai ficar ainda mais forte. "Já moramos há cinco anos e aproveitamos essa oportunidade. Acho que agora a união se fortalece porque aumenta também a responsabilidade", afirmou. João e Francilene já têm uma filha de cinco anos.

Onze juízes togados e dois juízes de paz participaram da cerimônia de oficialização da união dos casais. Também esteve presente o prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, que elogiou a atuação do Judiciário na comarca local.

Durante os dois dias do projeto Justiça nos Bairros, um público de aproximadamente cinco mil pessoas foi atendido. Apenas no casamento, que fazia parte da programação, mais de três mil pessoas, entre noivos, familiares e convidados marcaram presença.

Casamentos - O projeto Casamentos Comunitários foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão no ano de 1999, na gestão do então corregedor Jorge Rachid. Destinado a pessoas de baixa renda, o projeto já possibilitou a oficialização de cerca de 60 mil uniões em todo o Estado.

Justiça nos Bairros - O projeto da Corregedoria que pretende levar cidadania a comunidades carentes é desenvolvido dentro de um modelo inclusivo e integrador, no qual o cidadão é convidado a compartilhar práticas que vão melhorar sua realidade. Para concretização das ações há um grande envolvimento de parceiros dentre órgãos públicos e a sociedade civil.

Divulgados selecionados para a exposição fotográfica do Fórum de São Luís

Dezessete fotógrafos profissionais de amadores de São Luís participarão da primeira Exposição Fotográfica Integração e Cidadania, que será aberta no próximo dia 6 de novembro (quinta-feira), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Nesta sexta-feira (31), a comissão organizadora divulgou o nome dos fotógrafos e as 66 imagens selecionadas para a mostra.

Participarão Alberto Jorge Ferreira, Alexandre Braule, Emannuely Luz, Luana Gomes, Maria Thereza Gomes, Mauricio Vieira, Mônida Ramos, Rosane Mousinho, Thiago Ramos, Lorena Borba, Luis Marcelo Lord, Luiz Pires, Maurício Vieira, Vanessa Serra, Débora de Santalúcia e Raimunda Pinheiro. O desembargador do Tribunal do Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, também integrará a exposição. Cada fotógrafo vai expor entre cinco e três fotos.

A comissão enviou o resultado final para o e-mail fornecido no ato da inscrição por cada participante. A entrega das obras - impressas e prontas para a exposição - deve ser feita pelos selecionados até a próxima terça-feira (04), das 8h às 18h, na Biblioteca Des. Juvenil Amorim Ewerton, localizada no térreo do Fórum de São Luís (Av. Prof. Carlos Cunha s/n, Calhau).

A exposição será aberta na quinta-feira (06), às 18h, na Galeria Celso Antonio de Menezes, localizada no hall do Fórum de São Luís e ficará em cartaz até o dia 5 de dezembro de 2014.

As inscrições para exposição foram abertas no final do mês de setembro, por meio do Edital 02 / 2014, da Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa. De acordo com o edital, participam fotógrafos profissionais e amadores, com direito a inscrever até 10 trabalhos de sua autoria (própria ou compartilhada).

Embora seja uma exposição de tema livre, no ato da inscrição os interessados precisavam atentar para o conteúdo das fotografias, não sendo aceitas obras produzidas com materiais perecíveis, adulteráveis, que prejudiquem a apresentação de outros trabalhos ou que comprometam a integridade física do local, das instituições e dos servidores envolvidos na exposição.

Conforme o edital, também não são aceitas obras com conteúdo considerado inapropriado, que contenham temas com manifestações sexuais, discriminatórias ou, ainda, que atentem contra o pudor público e contra o decoro exigido no ambiente da administração pública

As atividades artísticas que acontecem no Fórum Desembargador Sarney Costa decorrem da parceria entre a Diretoria e a Corregedoria da Justiça do Maranhão e têm a finalidade de promover um ambiente harmonioso. Outro objetivo é valorizar as cerca de 6 mil pessoas que circulam diariamente no prédio dentre operadores do Direito e a população em geral, que também podem participar da mostra.

Judiciário aguarda aprovação da proposta orçamentária de 2015

A proposta orçamentária do Poder Judiciário do Maranhão para o ano de 2015, no valor total de R\$ 1.631.536.062,00, já se encontra em tramitação na Assembleia Legislativa, onde deve ser apreciada e deliberada pelos parlamentares.

Na mensagem enviada ao Legislativo Estadual, foram detalhadas a natureza e o objetivo das despesas com a administração dos serviços judiciários e a promoção do acesso à Justiça, que incluem investimentos para expandir, agilizar, modernizar e manter a atividade jurisdicional e assistencial do Poder Judiciário.

Também são elencadas as despesas relativas a pagamento de pessoal e encargos sociais; contribuições e benefícios previdenciários; auxílios transporte moradia e saúde; pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas decorrentes de sentença judiciária (precatórios) e cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado, favorecendo magistrados e servidores.

Os valores detalhados na peça orçamentária de 2015 são destinados ao Tribunal de Justiça; Corregedoria Geral da Justiça; projetos institucionais das áreas da infância e juventude, mulher, encarcerados, e fundos de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (Ferj); da Escola Superior da Magistratura (Fesman); das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (Ferc); de Segurança dos Magistrados (Funseg).

Do total estimado para o próximo ano, a maior parte dos recursos é destinada ao pagamento de pessoal, no valor de R\$ 758.715.629,00.

Esse montante reservado à folha de pagamento já prevê o pagamento dos reajustes nos percentuais de 21,7%, concedido por decisão judicial aos servidores de nível fundamental e médio; e de 4,3%, referente à reposição anual de perdas inflacionárias dos servidores efetivos, estáveis e comissionados em geral.

Foram previstos, ainda, recursos para a nomeação de 94 juízes de Direito para as varas judiciais - instaladas ou por instalar, assim como de analistas, técnicos, auxiliares, oficiais de Justiça e comissários da infância e juventude para a atividade administrativa.

"Queremos nomear, de imediato, e tão logo seja concluído o concurso público em andamento, no mínimo 50 juízes e os analistas, técnicos e auxiliares da equipe do apoio administrativo", adiantou a presidente Cleonice Freire.

PENDÊNCIAS- Enquanto aguarda a aprovação do orçamento 2015, a presidência do TJMA mantém entendimentos constantes com o governo estadual visando à liberação de recursos financeiros pendentes do orçamento de 2014.

O valor requerido em caráter emergencial é da ordem de R\$ 211.793.928,00 e é destinado às despesas de custeio, folha de pagamento, custos fixos e para dar continuidade das obras de construção de fóruns iniciadas.

Segundo informações da presidência do TJMA, o Judiciário aguarda, também, o crédito orçamentário suplementar de 12 milhões de reais para pagamento de pessoal, já empenhado pelo Executivo, mas ainda não disponibilizado ao Tribunal, até a presente data.

Juíza Patrícia Marques toma posse na 4ª Vara Criminal de São Luís

A juíza auxiliar de entrância final, Patrícia Marques Barbosa, tomou posse no cargo de juíza de Direito da 4ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, na manhã desta quinta-feira (30), em ato solene na presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A magistrada atuava como auxiliar na comarca da Ilha de São Luís havia três anos e meio e desde o mês de junho do corrente ano respondia pela 4ª Vara Criminal - da qual passa a ser titular.

O diretor geral do TJMA, Hebert Leite, leu o termo de compromisso e posse, que foi assinado pela juíza e pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire.

Após a posse, a juíza recebeu os cumprimentos pela sua titularização da presidente do TJ, do juiz auxiliar da presidência, Ribamar Castro.

Moradores de 21 bairros resolverão pequenas causas na Semana de Conciliação Itinerante

Pedidos de pensão, reconhecimento de paternidade, divórcio, disputa por posse de bens, parcelamentos de contas, débitos de IPTU, linhas de empréstimo, negociações de débitos junto a pequenos e microempresários, e outros conflitos poderão ser solucionados na 2ª Semana de Conciliação Itinerante, que acontecerá de 24 a 28 de novembro, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

A ação beneficiará cerca de 140 mil habitantes de 21 bairros do Distrito da Cidade Operária.

Justiça nos Bairros leva cidadania à comunidade de Imperatriz

O projeto Justiça nos Bairros da Corregedoria da Justiça do Maranhão está se fortalecendo como um instrumento de promoção da paz e da justiça social. Com um propósito inclusivo e integrador, no qual o cidadão é convidado a compartilhar práticas que vão melhorar sua realidade, o projeto teve mais uma edição realizada no Bairro Recanto Universitário, na cidade de Imperatriz. As ações aconteceram nesta quarta e quinta feira 29 e 30.

No primeiro dia de trabalho o somatório de esforços de parceiros, com destaque para o Executivo municipal por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, o Justiça nos Bairros promoveu ações nas áreas de saúde, educação, atendimento jurídico, entretenimento, dentre outras.

3ª Vara da Família de São Luís faz mutirão de reconhecimento de paternidade nesta sexta

Ocorre nesta sexta-feira (31), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), mais uma edição do projeto “Reconhecer é Amar”. As audiências serão realizadas na 3ª Vara da Família e presididas pela juíza titular da unidade, Joseane de Jesus Correa Bezerra, das 8h30 às 14h30.

Os pais podem fazer o reconhecimento voluntário da paternidade durante as audiências, ou se submeter ao exame de DNA no Laboratório de Biologia Molecular, que funciona no próprio fórum. Todo o procedimento

Empréstimo realizado de forma fraudulenta gera indenização

Uma decisão da 1ª Vara Cível da Comarca de Barra do Corda obriga o Banco do Brasil S/A a pagar uma indenização à aposentada M. C. M. C, sob alegação de empréstimo contraído de forma indevida. De acordo com a beneficiária, a operação junto à instituição bancária foi realizada de forma fraudulenta.

A parte autora relatou que o empréstimo teria sido contraído por pessoa desconhecida. Depois de perceber a diminuição dos seus proventos, a beneficiária procurou o INSS, quando foi informada sobre a realização de um empréstimo no valor de R\$ 10.686,00 (dez mil, seiscentos e oitenta e seis reais).

Na defesa, o banco alegou que possui métodos avançados de segurança quando da contratação e prestação de seus serviços, e afirma que o empréstimo foi contraído de forma regular.

2ª Vara da Infância e da Juventude aplicará práticas restaurativas

O juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, José dos Santos Costa, instituiu práticas restaurativas que buscam reparar os conflitos decorrentes do ato infracional cometido por adolescentes. O objetivo é atender às necessidades da vítima, com mediação de um acordo entre ela e o agressor que é um adolescente para a reparação do dano. A medida começa a ser aplicada a partir do dia 1º de novembro de 2014.

Nessa quarta-feira (29), o magistrado reuniu os servidores da unidade judiciária para discutir as formas de aplicação dessas medidas. Segundo o juiz, na justiça restaurativa o agressor e a vítima, além de outras pessoas (apoiadores), são chamados para a possibilidade de restaurar as relações rompidas com o ato infracional cometido pelo adolescente em conflito com a lei.

Magistrados e servidores recebem capacitação para oitiva de crianças e adolescentes

31/10/2014

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está realizando nesta sexta-feira (31), no Fórum de São Luís, capacitação para oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, realizada em salas de depoimento especial, especificamente montadas para o atendimento. O treinamento está sendo ministrado pela juíza Karla Jeane e conta com a participação de magistrados e servidores de 13 comarcas do Estado.

Por meio de aula teórica e prática, a preparação para a escuta das crianças e adolescentes se baseia na discussão sobre a temática, etapas da entrevista, simulação de depoimentos e esclarecimentos de dúvidas.

O Depoimento Especial é um serviço do TJMA que reserva a crianças e adolescentes tratamento prioritário, sigiloso e seguro no recebimento de depoimentos, em conjunto com a Defensoria Pública, Ministério Público, Polícia e técnicos especializados, objetivando garantir a integridade física e psicológica e preservar a imagem e identidade das vítimas.

O serviço consiste em receber a criança ou adolescente nas dependências do Fórum, 30 minutos antes da audiência, para então direcioná-la à sala de depoimento especial, onde será ouvida por um profissional competente com o auxílio de equipamentos audiovisuais, que estarão ligados à sala de audiência.

Na sala de audiência estarão o juiz, promotor e partes, que poderão ver, ouvir e fazer perguntas por meio da técnica que estará na sala de depoimento especial.

De acordo com a juíza Karla Jeane, da Coordenadoria da Infância e Juventude, a iniciativa visa facilitar a escuta em separado das vítimas de menor idade, que costumam sentir-se constrangidas na presença dos supostos agressores.

“As crianças e adolescentes precisam receber um atendimento mais humanizado por parte da Justiça, além de terem garantido o seu direito de falar sobre o ocorrido de uma forma digna e com a ajuda de profissionais devidamente capacitados”, pontuou a juíza.

Participam do treinamento representantes de comarcas que já possuem salas instaladas e em funcionamento – São Luís, Imperatriz, Coelho Neto e Timon – e, também, as que serão contempladas com a estrutura até o final do ano: Bacabal, Coroatá, Pinheiro, Santa Inês, Santa Luzia do Paruá e São João dos Patos.

Mulher é condenada por injúria racial em Caxias

31/10/2014

Uma decisão na Comarca de Caxias condenou uma mulher por ter praticado injúria racial contra outra mulher, culminando na pena de 01 ano e oito meses. De acordo com a denúncia, A. L. N. N ofendeu gravemente a honra de C.M S, em fato ocorrido em maio de 2012. A decisão foi da 3ª Vara de Caxias.

Narra o MP que C. M. estava limpando o esgoto, quando a acusada, sem nenhum motivo aparente, passou a xingá-la, chamando-a de “negra urubua, desgraçada, cobra cascavel, e vagabunda”. Continua a denúncia que as ofensas continuaram, sendo proferidas em via pública, no meio de várias pessoas, constringendo fortemente C. M., informando que essa não foi a primeira vez que a acusada fere a honra da vítima.

Em resposta, a acusada negou a prática da conduta descrita, e afirmou que a vítima mora em uma rua perpendicular à sua, e costumava sair de casa para ir agredi-la verbalmente. A. L. disse que no dia o fato, a vítima estava com uma colher de pedreiro sujando a calçada, quando se iniciou uma discussão.

De acordo com a decisão, o crime imputado à acusada se enquadra no artigo 140 do Código Penal Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

A pena é de detenção, de um a seis meses, ou multa. O juiz pode deixar de aplicar a pena: quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria; no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Consta ainda na decisão que o caso comina com o parágrafo 3º, que versa: Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem, incluído pela Lei nº 9.459, de 1997. “Refere-se o tipo a injúria preconceituosa caracterizada por ingredientes ofensivos discriminatórios, proferidos de forma dolosa e com o fim específico de discriminar, ligados à raça, cor, religião, etnia, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência”, disserta a decisão.

A acusada A. L. N. N recebeu a pena de um ano e oito meses de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, na casa do albergado. Por causa da pena imposta, a acusada não poderá se ausentar da comarca durante esse período, sem autorização judicial. Ela deverá informar em juízo, mensalmente, sobre suas atividades. Deverá, ainda, exercer atividade laborativa lícita enquanto estiver fora da delegacia.

Presos provisórios começam a usar tornozeleiras eletrônicas

31/10/2014

O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca da Ilha de São Luís passou a ser uma realidade nesta quinta-feira (30). Durante audiência realizada na Central de Inquéritos de do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto. A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências na Central de Inquéritos nesta quinta-feira, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão. A iniciativa também faz parte de um pacto de implementação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; Governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

Para a corregedora Nelma Sarney, o apoio do Comitê foi importante para esse passo, já que o monitoramento eletrônico foi uma proposta que surgiu nas discussões do grupo. A desembargadora reafirmou que essa é uma importante medida para diminuir a população carcerária. Ela adiantou que até o final do mês de novembro será editada uma resolução conjunta dos órgãos envolvidos regulamentando a matéria.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquéritos de São Luís foi a primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher, todas de São Luís.

Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que por sua vez expedirá uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numege) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Também participaram das audiências, os juízes corregedores Oriana Gomes, José Américo breu Costa, Francisca Galiza e Tyrone José Silva; o promotor de Justiça Cláudio Cabral; o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos; os juízes da Central de Inquéritos, Antônio Luiz Silva, que presidiu as audiências, e Fernando Mendonça de Sousa.

Economia - Para o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, além da diminuição da população carcerária a tecnologia possibilita diminuir os

gastos com o sistema prisional. Ele explicou que cada réu monitorado tem um custo mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), enquanto na unidade prisional esse custo sobe para cerca de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por preso.

Pacto - A medida implantada nesta quinta-feira vem complementar os procedimentos referentes à audiência de custódia, estabelecida no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. Pelo pacto, o preso em flagrante deve ser levado à presença de um juiz para avaliar a situação e decidir sobre a manutenção da prisão e as condições em que ela se ocorrerá, se privativa ou não de liberdade. Para cumprimento da iniciativa, a central recebeu neste mês de outubro mais duas salas de audiências.

No caso da Central de Inquéritos, durante as audiências com esses presos o juiz já poderá decidir, durante a análise da situação do preso em flagrante, se ele seguirá ou não para uma unidade prisional. No caso de aplicação de uma medida alternativa, ele poderá aplicar a liberdade vigiada, por meio do uso da tornozeleira.

A adoção do pacto é resultado de um esforço conjunto entre a Corregedoria da Justiça, a Unidade de Monitoramento Carcerário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. O procedimento é uma prática defendida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por organismos nacionais e internacionais. Para o juiz Fernando Mendonça a apresentação do preso é fundamental para a constatação, juntamente com outros elementos, da legalidade da prisão, bem como para a aplicação de medidas alternativas à restrição de liberdade.

Divulgados selecionados para a exposição fotográfica do Fórum de São Luís

31/10/2014

Dezessete fotógrafos profissionais de amadores de São Luís participarão da primeira Exposição Fotográfica Integração e Cidadania, que será aberta no próximo dia 6 de novembro (quinta-feira), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Nesta sexta-feira (31), a comissão organizadora divulgou o nome dos fotógrafos e as 66 imagens selecionadas para a mostra.

Participarão Alberto Jorge Ferreira, Alexandre Braule, Emannuely Luz, Luana Gomes, Maria Thereza Gomes, Mauricio Vieira, Mônica Ramos, Rosane Mousinho, Thiago Ramos, Lorena Borba, Luis Marcelo Lord, Luiz Pires, Maurício Vieira, Vanessa Serra, Débora de Santalúcia e Raimunda Pinheiro. O desembargador do Tribunal do Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, também integrará a exposição. Cada fotógrafo vai expor entre cinco e três fotos.

A comissão enviou o resultado final para o e-mail fornecido no ato da inscrição por cada participante. A entrega das obras - impressas e prontas para a exposição - deve ser feita pelos selecionados até a próxima terça-feira (04), das 8h às 18h, na Biblioteca Des. Juvenil Amorim Ewerton, localizada no térreo do Fórum de São Luís (Av. Prof. Carlos Cunha s/n, Calhau).

A exposição será aberta na quinta-feira (06), às 18h, na Galeria Celso Antonio de Menezes, localizada no hall do Fórum de São Luís e ficará em cartaz até o dia 5 de dezembro de 2014.

As inscrições para exposição foram abertas no final do mês de setembro, por meio do Edital 02 / 2014, da Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa. De acordo com o edital, participam fotógrafos profissionais e amadores, com direito a inscrever até 10 trabalhos de sua autoria (própria ou compartilhada).

Embora seja uma exposição de tema livre, no ato da inscrição os interessados precisavam atentar para o conteúdo das fotografias, não sendo aceitas obras produzidas com materiais perecíveis, adulteráveis, que prejudiquem a apresentação de outros trabalhos ou que comprometam a integridade física do local, das instituições e dos servidores envolvidos na exposição.

Conforme o edital, também não são aceitas obras com conteúdo considerado inapropriado, que contenham temas com manifestações sexuais, discriminatórias ou, ainda, que atentem contra o pudor público e contra o decoro exigido no ambiente da administração pública

Humanização - As atividades artísticas que acontecem no Fórum Desembargador Sarney Costa decorrem da parceria entre a Diretoria e a Corregedoria da Justiça do Maranhão e têm a finalidade de promover um ambiente harmonioso. Outro objetivo é valorizar as cerca de 6 mil pessoas que circulam diariamente no prédio dentre operadores do Direito e a população em geral, que também podem participar da mostra.

“A magistratura é um instrumento de modificação da realidade social”

31/10/2014

No Ser Juiz de hoje, um magistrado que tem realizado um trabalho de destaque na Comarca de Timon. Rogério Monteles da Costa, do Juizado Especial Cível e Criminal. Um juiz que vê a magistratura como um instrumento de modificação da realidade social, pois ao assegurar a observância dos direitos das pessoas, transforma o mundo em um lugar mais justo e mais humano para se viver.

Abaixo, um pouco mais sobre Rogério.

Quem é o homem Rogério Monteles?

Uma pessoa que acredita no ser humano, que acredita que sempre podemos nos aperfeiçoar no encontro com o outro, que acredita que podemos ter um mundo melhor com mais amor ao próximo.

Quem é o juiz Rogério Monteles?

Um servidor público dedicado e esforçado, que procura realizar suas atribuições da melhor forma possível a bem do destinatário final do serviço: o cidadão.

Por que escolheu direito?

Por influência de minha mãe, Maria Beatriz Monteles da Costa (in memoriam) que por muito tempo trabalhou como servidora pública na justiça do Ex-Território Federal do Amapá, meu Estado natal.

Para você, o que representa a magistratura?

A magistratura representa um instrumento de modificação da realidade social, pois ao assegurar a observância dos direitos das pessoas, transforma o mundo em um lugar mais justo e mais humano para se viver. Acredito que nesse processo de transformação social, o magistrado deve estar mais próximo da comunidade, começando por informar, de maneira clara e simples, o motivo pelo qual deu determinada decisão no processo, de forma que qualquer cidadão possa ler uma sentença judicial e entender o que ela diz. Esse ato simples abandonar o “juridiquês” e falar a mesma língua do cidadão pode ser uma das formas de aproximar o juiz da comunidade.

Em qual comarca está no momento e há quanto tempo e por onde passou?

Há pouco mais de dois anos estou na titularidade do Juizado Especial Cível e Criminal de Timon. Ainda, já atuei na Zona Judiciária de Timon, no início da carreira, como juiz substituto, além de ter trabalhado, como juiz titular, nas comarcas de São Raimundo das Mangabeiras, Tuntum, Barão de Grajaú e Matões, comarca de onde fui promovido, por antiguidade, para Timon em 11/06/2012.

Além da função judicante, que ações desenvolve na comarca?

Participo com frequência, em conjunto com os colegas da comarca, de projetos de Justiça Itinerante desenvolvido pela 2ª. Vara Cível de Timon, bem como de projetos de Casamentos Comunitários desenvolvidos a 3ª. Vara Cível de Timon. Além disso, sou professor do Curso de Direito da Faculdade Maranhense São José dos Cocais, em Timon e atualmente exerço a função de Diretor do Fórum da Comarca de Timon. Na rede mundial de computadores, mantenho um blog (www.monteles.blog.uol.com.br) onde procuro divulgar notícias e decisões da justiça de interesse público.

Como vê a atuação do Judiciário nesta comarca?

Ao todo comarca conta com 8 (oito) unidades jurisdicionais - 7 varas e 1 juizado especial - sendo a terceira maior comarca do Estado. Os colegas magistrados que aqui trabalham são magistrados dedicados e empenhados em prestar um serviço público de excelência ao cidadão. A comarca conta, por exemplo, com o serviço de plantão presencial, por meio do qual, nos dias em que não há expediente forense, estão presencialmente no Fórum um juiz, um assessor, um oficial de justiça e um secretário judicial a fim de atender as demandas urgentes, por um período de compreendendo pelo menos três (3) horas contínuas de atendimento em horário acessível ao público.

Como cuida da saúde?

Sempre que possível, frequento academia de ginástica e ter uma boa hidratação.

Caminho para o sucesso é?

Fazer o que gosta e ter lealdade para com os seus ideais de vida.

Hobby?

No tempo livre, gosto de conhecer tudo relacionado à tecnologia, informática e internet.

Livro predileto?

Um dos últimos livros que li e recomendo para todos é "Justiça o Que É Fazer a Coisa Certa", de Michael Sandel.

Filme que gosta e por quê?

Existem vários filmes tocantes, mas Sociedade dos Poetas Mortos, com Robin Williams, é um dos filmes que mais gostei de assistir, por vários motivos, dentre eles mostra, o filme mostra como a figura de um professor John Keating (Robin Williams), revoluciona os métodos de ensinar numa escola tradicional e inspira os seus alunos a perseguir as suas paixões individuais e tornar as suas vidas extraordinárias.

Mania?

Perfeccionismo. Tenho sempre a impressão que se pode melhorar, aperfeiçoar o que está feito. Nesse sentido,

sempre dou sugestões para minha equipe de trabalho, visando o aperfeiçoamento. Equipe que, aliais, reputo os melhores servidores do Poder Judiciário do Maranhão.

O melhor da vida?

Ter paz de espírito, amar e fazer o que você gosta.

Família é?

Um ambiente onde deve reinar o amor e o respeito, pois, acima de tudo, é a célula base da sociedade. Nada obstante, em nossa atividade, tomamos conhecimento de fatos tristes, que mostram as mazelas da sociedade, a perversidade do ser humano, em atos de violência de todos os tipos no seio da família, atingindo mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Acredito que a família deve ser protegida, de todos os riscos, em especial do uso abusivo do álcool e outras drogas, que são elementos propulsores de grande parte da violência (física e psicológica) que aflige a família.

O que valoriza nos outros?

Honestidade, respeito ao próximo, lealdade e desprendimento.

O que não gosta nos outros?

Desonestidade, desrespeito ao próximo, deslealdade e materialismo.

Sonho?

Contribuir para um mundo melhor, com mais felicidade e menos sofrimento.

Judiciário aguarda aprovação da proposta orçamentária de 2015

31/10/2014

A proposta orçamentária do Poder Judiciário do Maranhão para o ano de 2015, no valor total de R\$ 1.631.536.062,00, já se encontra em tramitação na Assembleia Legislativa, onde deve ser apreciada e deliberada pelos parlamentares.

Na mensagem enviada ao Legislativo Estadual, foram detalhadas a natureza e o objetivo das despesas com a administração dos serviços judiciários e a promoção do acesso à Justiça, que incluem investimentos para expandir, agilizar, modernizar e manter a atividade jurisdicional e assistencial do Poder Judiciário.

Também são elencadas as despesas relativas a pagamento de pessoal e encargos sociais; contribuições e benefícios previdenciários; auxílios transporte moradia e saúde; pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas decorrentes de sentença judiciária (precatórios) e cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado, favorecendo magistrados e servidores.

Os valores detalhados na peça orçamentária de 2015 são destinados ao Tribunal de Justiça; Corregedoria Geral da Justiça; projetos institucionais das áreas da infância e juventude, mulher, encarcerados, e fundos de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (Ferj); da Escola Superior da Magistratura (Fesman); das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (Ferc); de Segurança dos Magistrados (Funseg).

PESSOAL- Do total estimado para o próximo ano, a maior parte dos recursos é destinada ao pagamento de pessoal, no valor de R\$ 758.715.629,00.

Esse montante reservado à folha de pagamento já prevê o pagamento dos reajustes nos percentuais de 21,7%, concedido por decisão judicial aos servidores de nível fundamental e médio; e de 4,3%, referente à reposição anual de perdas inflacionárias dos servidores efetivos, estáveis e comissionados em geral.

Foram previstos, ainda, recursos para a nomeação de 94 juízes de Direito para as varas judiciais - instaladas ou por instalar, assim como de analistas, técnicos, auxiliares, oficiais de Justiça e comissários da infância e juventude para a atividade administrativa.

“Queremos nomear, de imediato, e tão logo seja concluído o concurso público em andamento, no mínimo 50 juízes e os analistas, técnicos e auxiliares da equipe do apoio administrativo”, adiantou a presidente Cleonice Freire.

PENDÊNCIAS- Enquanto aguarda a aprovação do orçamento 2015, a presidência do TJMA mantém entendimentos constantes com o governo estadual visando à liberação de recursos financeiros pendentes do orçamento de 2014.

O valor requerido em caráter emergencial é da ordem de R\$ 211.793.928,00 e é destinado às despesas de

custeio, folha de pagamento, custos fixos e para dar continuidade das obras de construção de fóruns iniciadas.

Segundo informações da presidência do TJMA, o Judiciário aguarda, também, o crédito orçamentário suplementar de 12 milhões de reais para pagamento de pessoal, já empenhado pelo Executivo, mas ainda não disponibilizado ao Tribunal, até a presente data.

Desembargador Kleber Carvalho responde pelo plantão do TJMA

31/10/2014

O desembargador Kleber Carvalho responde pelo plantão de 2º grau até domingo, dia 2 de novembro, conforme portaria 783/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire.

No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Igo Leonardo Souza e José de Jesus Costa. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

PLANTÃO - Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados - inclusive os de ponto facultativo - entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Montes Altos - comarca divulga aprovados para próxima fase da seleção para assessor de juiz

31/10/2014

O juiz da Comarca de Montes Altos, Franklin Brandão Júnior, está divulgando a relação de candidatos aptos a participar da próxima etapa - entrevista - do processo seletivo para o cargo de assessor de juiz da unidade.

Segundo o magistrado, os candidatos relacionados serão contatados no período de 03 a 05 de novembro para definição dos critérios relativos à entrevista.

Ainda segundo o magistrado, candidatos que não foram selecionados “poderão ser convocados, posteriormente, caso a vaga não seja preenchida pelos candidatos constantes da lista”.

Casamento coletivo une de mais de 400 casais em Imperatriz

31/10/2014 - 11h14

A 2ª Vara de Família da Comarca de Imperatriz promoveu nesta quinta-feira (30/10), na sede do Centro de Referência e Assistência Social (Cras), no bairro Recanto Universitário, um casamento comunitário que oficializou a união de 422. O evento, que faz parte da programação do projeto Justiça nos Bairros, foi presidido pelo titular da Vara, Adolfo Pires da Fonseca Neto. Magistrados que atuam na comarca ajudaram na celebração.

Inaugurado em 1999 pela Corregedoria Geral da Justiça, o projeto Casamentos Comunitários já beneficiou mais de 30 mil casais da capital e das comarcas do interior do Maranhão. O objetivo é viabilizar a união de casais carentes sem ônus para os nubentes.

Fonte: CGJ-MA

Judiciário adota providências para segurança de servidores

31/10/2014 - 11h39

Ocorrências como ameaças ou atentados que coloquem em risco a integridade de servidores, magistrados ou ao patrimônio das unidades judiciais em todo o estado devem ser informados à Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do telefone do plantão que atende pelo número (98) 8880 5226. Semanalmente, será divulgada a relação dos plantonistas.

O serviço e outras ações implantadas pelo TJMA cumprem determinações previstas na Resolução nº 176/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário. Em agosto, a presidente da corte, desembargadora Cleonice Freire, anunciou a execução de pacote de medidas de segurança institucional para as sedes do Poder Judiciário maranhense. O objetivo é garantir um ambiente de trabalho mais seguro para magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores e jurisdicionados em geral.

Entre as medidas, algumas já executadas, estão a identificação de servidores por meio de crachás magnéticos com chip eletrônico de numeração única, aquisição de equipamentos eletrônicos de revista pessoal e monitoramento de ambientes, além da instalação de postos de policiamento junto às entradas dos fóruns. Também está em conclusão a instalação do sistema de controle do acesso do fórum da capital. Nas entradas principais da unidade serão instaladas catracas eletrônicas, detectores de metal, raios-x para inspeção de bagagens e outros equipamentos de segurança.

O tribunal deu início ao processo de aquisição de sistema de videomonitoramento por câmeras para atender, no interior, as comarcas de Imperatriz, Caxias, Timon, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e Lago da Pedra, e, em São Luís, a 2ª Vara de Execuções Penais e a Coordenação de Material e Patrimônio do tribunal. De janeiro a setembro de 2014, foram recolhidas 1.590 armas, sendo 931 de fogo e 659 armas brancas, em 42 comarcas que ficavam sob a guarda da Justiça, vinculadas a processos em tramitação. As armas serão enviadas ao Exército Brasileiro e posteriormente destruídas. O recolhimento confere maior segurança às unidades.

Além dessa medida, foram distribuídos 90 detectores de metais portáteis para unidades judiciárias e contratados oito postos de vigilância – cinco com policiais da reserva e três privados –, para comarcas que ainda não contavam com o serviço de segurança presencial.

Videoconferências – Para integrar os fóruns e os sistemas prisionais de São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar, foi iniciada a implantação de oito salas de videoconferências, sendo cinco já concluídas, possibilitando a realização de audiências com presos por meio virtual, evitando o deslocamento de encarcerados para serem ouvidos no fórum. Outra iniciativa é a regulamentação do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Maranhão, que destina percentual do recolhimento para assegurar os recursos necessários à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, à estruturação, ao aparelhamento, à modernização e à adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança institucional.

TJ não pode exigir que juiz peça autorização para sair da comarca

31 de outubro de 2014, 12h20

Os juízes do Maranhão não precisam mais de autorização do presidente do Tribunal de Justiça do estado para sair da cidade em que atuam nos dias da semana. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de dispositivo do Código de Normas do TJ-MA que obrigava os juízes a permanecerem na comarca durante todos os dias da semana, e no fórum durante todo o horário do expediente, só podendo se ausentar com autorização do presidente da corte.

A decisão foi tomada na ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros em abril de 2003 e que teve liminar concedida pelo STF em maio daquele mesmo ano. Na ação, a AMB questionava o artigo 49 do Código de Normas, criado pelo Provimento 4/99, da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Maranhão, que dispunha sobre deveres e fiscalização de magistrados.

Em seu voto, o relator da ADI, ministro Gilmar Mendes (foto), lembrou que o artigo 93 da Constituição Federal de 1988 reservou ao STF a iniciativa de lei complementar para dispor sobre a magistratura nacional. Assim, a norma em questão padece de dupla inconstitucionalidade: primeiro por não se tratar de lei complementar e depois por não ser de iniciativa do STF, afirmou o relator. A decisão foi unânime. Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.

Presos provisórios recebem tornozeleiras eletrônicas em São Luís

Dois presos receberam equipamento na quinta-feira (30) (Foto: Divulgação / CGJ-MA)

Os presos provisórios de São Luís passarão a usar tornozeleiras provisórias. Dois detentos assinaram termo de aceitação e de compromisso para uso do aparelho nessa quinta-feira (30), em audiência realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa, na capital maranhense. A informação foi divulgada pela Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ-MA) nesta sexta-feira (31).

A iniciativa integra as ações do Comitê de Gestão Integrada, criado em janeiro para combater a crise no sistema penitenciário do estado. De acordo com informações da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão (Sejap-MA), serão utilizadas 135 tornozeleiras inicialmente. A Central de Inquéritos de São Luís foi a primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades serão a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher.

Segundo a CGJ-MA, a medida, considerada uma alternativa à pena privativa de liberdade e objetiva a diminuição da população carcerária, é voltada para presos detentos que cometeram crimes de menor potencial ofensivo.

Uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso haja descumprimento dos termos, como, por exemplo, o detento ultrapassar o limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. O fato ser imediatamente comunicado ao juiz responsável pelo réu, que expedirá uma ordem de prisão a ser cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numeg) da Sejap, que fazem visitas periódicas ao monitorado.

Segundo o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, além da diminuição da população carcerária a tecnologia diminui os gastos com o sistema prisional. Ele explicou que cada réu monitorado tem um custo mensal de R\$ 250,00, enquanto que, na unidade prisional, esse custo sobe para cerca de R\$ 3.000,00 por preso.

Tornozeleiras eletrônicas começam a serem usadas na capital

O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios em São Luís passou a ser uma realidade nesta quinta-feira (30). Durante audiência realizada na Central de Inquéritos do Fórum Desembargador Sarney Costa, dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto. A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências na Central de Inquéritos nesta quinta-feira, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, a aplicação da medida substitutiva de prisão. A iniciativa também faz parte de um pacto de implementação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; Governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquéritos de São Luís foi à primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher, todas da capital.

Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que por sua vez expede uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numege) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Fórum reunirá exposição fotográfica sobre cidadania

Será aberta na próxima quinta-feira (06), a primeira Exposição Fotográfica Integração e Cidadania. Foram selecionados 16 fotógrafos profissionais e amadores com 66 imagens vão apresentar o trabalho Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

A exposição será aberta às 18h, na Galeria Celso Antonio de Menezes, localizada no hall do Fórum de São Luís e ficará em cartaz até o dia 5 de dezembro de 2014.

A entrega das obras - impressas e prontas para a exposição - deve ser feita pelos selecionados até a próxima terça-feira (04), das 8h às 18h, na Biblioteca Des. Juvenil Amorim Ewerton, localizada no térreo do Fórum de São Luís (Av. Prof. Carlos Cunha s/n, Calhau).

Participarão Alberto Jorge Ferreira, Alexandre Braule, Emannuely Luz, Luana Gomes, Maria Thereza Gomes, Mauricio Vieira, Mônica Ramos, Rosane Mousinho, Thiago Ramos, Lorena Borba, Luis Marcelo Lord, Luiz Pires, Maurício Vieira, Vanessa Serra, Débora de Santalúcia e Raimunda Pinheiro. O desembargador do Tribunal do Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, também integrará a exposição. Cada fotógrafo vai expor entre cinco e três fotos.

Casamento reúne 423 casais na Comarca de Imperatriz

Casamento comunitário em Imperatriz|

"Agora até o amor vai aumentar ainda mais", disse Francilene Silva, uma das 423 noivas que disseram o sim em mais uma edição do projeto Casamento Comunitário realizado no Bairro Recanto Universitário, região periférica da Cidade de Imperatriz (665km da capital). A celebração desta quinta-feira fechou os trabalhos do projeto Justiça nos Bairros, da Corregedoria da Justiça, realizado durante os dias 29 e 30 na mesma comunidade.

O juiz Adolfo Pires da Fonseca, titular da 2ª Vara de Família, coordenou os trabalhos do casamento e destacou a importância do projeto social desenvolvido pela Corregedoria. Ele afirmou que o projeto é emancipatório e permite que o Judiciário vá ao encontro dos cidadãos, buscando alternativas conjuntas para solução dos problemas sociais vividos. O magistrado também destacou a importância da nova fase na vida dos noivos que atenderam ao chamado para a cerimônia de casamento.

A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, lembra que os projetos, tanto o Justiça nos Bairro como o casamento, são reflexos de uma Justiça próxima dos cidadãos, mas que não aconteceria sem o compromisso dos juízes. "Um projeto desta magnitude não pode acontecer sem o comprometimento de magistrados que tem amor ao seu trabalho. Em Imperatriz, encontramos um terreno fértil com uma magistratura extremamente dedicada ao compromisso da promoção e da paz e a justiça social", afirmou.

O marido da Francilene, senhor João Cardoso de Oliveira, disse que a união vai ficar ainda mais forte. "Já moramos há cinco anos e aproveitamos essa oportunidade. Acho que agora a união se fortalece porque aumenta também a responsabilidade", afirmou. João e Francilene já têm uma filha de cinco anos.

Onze juízes togados e dois juízes de paz participaram da cerimônia de oficialização da união dos casais. Também esteve presente o prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, que elogiou a atuação do Judiciário na comarca local.

Casamentos - O projeto Casamentos Comunitários foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão no ano de 1999, na gestão do então corregedor Jorge Rachid. Destinado a pessoas de baixa renda, o projeto já possibilitou a oficialização de cerca de 60 mil uniões em todo o Estado.

Justiça nos Bairros - O projeto da Corregedoria que pretende levar cidadania a comunidades carentes é desenvolvido dentro de um modelo inclusivo e integrador, no qual o cidadão é convidado a compartilhar práticas que vão melhorar sua realidade. Para concretização das ações há um grande envolvimento de parceiros.

Presos provisórios começam a usar tornozeleiras eletrônicas

O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca da Ilha de São Luís passou a ser uma realidade nesta quinta-feira (30). Durante audiência realizada na Central de Inquéritos de do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto. A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências na Central de Inquéritos nesta quinta-feira, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão. A iniciativa também faz parte de um pacto de implementação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; Governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

Para a corregedora Nelma Sarney, o apoio do Comitê foi importante para esse passo, já que o monitoramento eletrônico foi uma proposta que surgiu nas discussões do grupo. A desembargadora reafirmou que essa é uma importante medida para diminuir a população carcerária. Ela adiantou que até o final do mês de novembro será editada uma resolução conjunta dos órgãos envolvidos regulamentando a matéria.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquéritos de São Luís foi a primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher, todas de São Luís.

Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que por sua vez expede uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numege) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Também participaram das audiências, os juízes corregedores Oriana Gomes, José Américo breu Costa, Francisca Galiza e Tyrone José Silva; o promotor de Justiça Cláudio Cabral; o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos; os juízes da Central de Inquéritos, Antônio Luiz Silva, que presidiu as audiências, e Fernando Mendonça de Sousa.

Economia - Para o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, além da diminuição da população carcerária a tecnologia possibilita diminuir os gastos com o sistema prisional. Ele explicou que cada réu monitorado tem um custo mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), enquanto na unidade prisional esse custo sobe para cerca de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por preso.

Pacto - A medida implantada nesta quinta-feira vem complementar os procedimentos referentes à audiência de custódia, estabelecida no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. Pelo pacto, o preso em flagrante deve ser levado à presença de um juiz para avaliar a situação e decidir sobre a manutenção da prisão e as condições em que ela se ocorrerá, se privativa ou não de liberdade. Para cumprimento da iniciativa, a central recebeu neste mês de outubro mais duas salas de audiências.

No caso da Central de Inquéritos, durante as audiências com esses presos o juiz já poderá decidir, durante a análise da situação do preso em flagrante, se ele seguirá ou não para uma unidade prisional. No caso de aplicação de uma medida alternativa, ele poderá aplicar a liberdade vigiada, por meio do uso da tornozeleira.

A adoção do pacto é resultado de um esforço conjunto entre a Corregedoria da Justiça, a Unidade de Monitoramento Carcerário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. O procedimento é uma prática defendida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por organismos nacionais e internacionais. Para o juiz Fernando Mendonça a apresentação do preso é fundamental para a constatação, juntamente com outros elementos, da legalidade da prisão, bem como para a aplicação de medidas alternativas à restrição de liberdade.

Presos provisórios começam a usar tornozeleiras eletrônicas em São Luís

O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca da Ilha de São Luís passou a ser uma realidade nesta quinta-feira (30).

Durante audiência realizada na Central de Inquéritos do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto.

A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências na Central de Inquéritos nesta quinta-feira, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão.

A iniciativa também faz parte de um pacto de implementação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; Governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquéritos de São Luís foi à primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher, todas de São Luís.

Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador.

Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que por sua vez expede uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numege) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Com informações da CGJ

Presos começam a usar tornozeleiras

Escrito por Corregedoria da Justiça Publicado em Maranhão Sexta, 31 Outubro 2014 14:34

O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca da Ilha de São Luís passou a ser uma realidade nesta quinta-feira (30). Durante audiência realizada na Central de Inquéritos de do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto. A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências na Central de Inquéritos nesta quinta-feira, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão. A iniciativa também faz parte de um pacto de implementação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; Governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

Para a corregedora Nelma Sarney, o apoio do Comitê foi importante para esse passo, já que o monitoramento eletrônico foi uma proposta que surgiu nas discussões do grupo. A desembargadora reafirmou que essa é uma importante medida para diminuir a população carcerária. Ela adiantou que até o final do mês de novembro será editada uma resolução conjunta dos órgãos envolvidos regulamentando a matéria.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquéritos de São Luís foi a primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher, todas de São Luís.

Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que por sua vez expede uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numege) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Também participaram das audiências, os juízes corregedores Oriana Gomes, José Américo breu Costa, Francisca Galiza e Tyrone José Silva; o promotor de Justiça Cláudio Cabral; o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos; os juízes da Central de Inquéritos, Antônio Luiz Silva, que presidiu as audiências, e Fernando Mendonça de Sousa.

Economia

Para o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, além da diminuição da população carcerária a tecnologia possibilita diminuir os gastos com o sistema prisional. Ele explicou que cada réu monitorado tem um custo mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), enquanto na unidade prisional esse custo sobe para cerca de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por preso.

Pacto

A medida implantada nesta quinta-feira vem complementar os procedimentos referentes à audiência de custódia, estabelecida no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. Pelo pacto, o preso em flagrante deve ser levado à presença de um juiz para avaliar a situação e decidir sobre a manutenção da prisão e as condições em que ela se ocorrerá, se privativa ou não de liberdade. Para cumprimento da iniciativa, a central recebeu neste mês de outubro mais duas salas de audiências.

No caso da Central de Inquéritos, durante as audiências com esses presos o juiz já poderá decidir, durante a análise da situação do preso em flagrante, se ele seguirá ou não para uma unidade prisional. No caso de aplicação de uma medida alternativa, ele poderá aplicar a liberdade vigiada, por meio do uso da tornozeleira.

A adoção do pacto é resultado de um esforço conjunto entre a Corregedoria da Justiça, a Unidade de Monitoramento Carcerário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. O procedimento é uma prática defendida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por organismos nacionais e internacionais. Para o juiz Fernando Mendonça a apresentação do preso é fundamental para a constatação, juntamente com outros elementos, da legalidade da prisão, bem como para a aplicação de medidas alternativas à restrição de liberdade.